
NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia
Universidade Católica de Campinas

ANO XIII — Nº 102

ABRIL/JUNHO/1981

PEQUENO PREFÁCIO A UM GRANDE LIVRO

Odilon Nogueira de Matos

(O responsável por esta publicação foi distinguido com o honroso convite para prefaciar e anotar uma nova edição da grande *História do Brasil*, de Heinrich Handelmann, lançada pelas Edições Melhoramentos, de São Paulo, em fins de 1978. Com a devida vênua da grande editora aqui transcrevemos o prefácio).

Em 1860, editada por Julius Springer, aparecia em Berlim a **Geschichte von Brasilien**, de Gottfried Heinrich Handelmann, a grande obra que Edições Melhoramentos, em convênio com o Ministério da Educação e Cultura, oferecem aos estudiosos de nossa história. Era o quarto livro publicado pelo autor, precedido pelas obras sobre os Estados Unidos e sobre o Haiti, de 1856, e por uma monografia sobre os últimos tempos da dominação hanseática no norte da Escandinávia, de 1853. Nascido em Altona, a 9 de agosto de 1825, Heinrich Handelmann graduou-se em 1854 pela Universidade de Kiel, da qual, no mesmo ano, se tornou professor. Em Kiel, como diretor de museus, viveu praticamente toda a sua vida, falecendo aos 26 de abril de 1891.

Provavelmente devido à barreira lingüística, a obra do historiador alemão passou quase despercebida, com pouca repercussão e ainda menos influência no Brasil. Alguns, entretanto, conhecedores do alemão, souberam reconhecer-lhe os méritos. Assim, Alfredo de Carvalho, ao registrá-la em sua **Biblioteca Exótico-Brasileira**, publicada postumamente em 1930, mas escrita antes de 1916, que foi quando faleceu, chegou a afirmar que se tratava “inquestionavelmente da melhor História do Brasil até então publicada.” E após transcrever algumas restrições que lhe fizera outro escritor alemão, Oscar Canstatt, afirmava que Handelman fora “o primeiro a considerar, dum ponto de vista científico, o conjunto da evolução nacional, indagando de suas origens étnicas e sociais, atendendo às influências telúricas e climatéricas, e procurando estabelecer as leis de subordinação e as relações de dependência entre os fatos narrados, de modo a explicar a sua contínua seriação, num quadro grandioso e verídico.”¹

Os reparos que Oscar Canstatt fizera e aos quais se referia Alfredo de Carvalho, diziam respeito mais à parte material do livro que propriamente ao seu conteúdo. Notava, por exemplo, que a obra se ressentia de uma “frequente repetição de fatos já prolixamente expostos”, ou da falta de um índice (de assuntos e de nomes) que facilitasse a consulta, lembrando que aos menos familiarizados com a história brasileira se tornava difícil encontrar um ou outro fato num volume de quase mil páginas. E recordando as fontes principais utilizadas por Handelman — algumas das quais tornadas acessíveis pelo próprio Imperador D. Pedro II — informava o crítico alemão que, o historiador nos havia dado “uma excelente **História do Brasil**, abundante em episódios históricos dos mais interessantes e apenas mencionados por alto em outros livros.” Afirmava, ainda, que Handelman, escrevendo um livro sobre o Brasil, “pôde contar com o interesse geral dos compatriotas, por oferecer a história do Brasil várias analogias com a da nossa pátria alemã. Nota-se, também, no povo brasileiro, certo antagonismo entre o sentimento geral de união nacional e o particularismo provincial. Além disso, precisamente na história do Brasil, muitas personalidades eminentes do nosso povo e de nossa raça representam papel saliente.” Observava, ainda, que a obra, como não podia deixar de ser, apresentava erros e lacunas, mas que o autor fora o primeiro a reconhecê-los, com as necessárias explicações e justificações em numerosos casos.²

Pela mesma ocasião em que Alfredo de Carvalho escrevia sua judiciosa apreciação acerca da obra do historiador alemão, Oliveira Lima

(1) Alfredo de Carvalho, **Biblioteca Exótico-Brasileira**, II, 292. Rio de Janeiro, Empresa Gráfica Editora, 1930.

(2) Oscar Canstatt, **Repertório crítico da Literatura Teuto-Brasileira**, p. 96. Trad. de Eduardo de Lima Castro. Rio de Janeiro, Editora Presença, 1967 (Coleção Germânica, v. 3).

a ela se referia como “um livro de quase mil páginas, de que não se deita fora uma linha”. E adiante: “Para aquilatar do seu mérito, é suficiente percorrer-lhe o sumário e adquiri-lo na inteligente disposição dos sucessos históricos e na profunda discriminação das correntes morais, desde o primitivo feudalismo até o unitarismo impêrial; ou então lançar a vista sobre a sua bibliografia e verificar a abundância e variedade de fontes.” E numa ocasião em que se anunciava uma nova edição de Varnhagen, chegava Oliveira Lima a afirmar que seria preferível traduzir a obra de Handelman a reeditar o historiador de Sorocaba... E rematava: “Com uma tradução da obra de Handelman, corrigida num ou noutro pormenor, e comentada com discreção e competência, começará o Brasil a ter o que todos dizem faltar-lhe, sem que ninguém se cometa ao empreendimento de traçar a sua verdadeira história.”³

A tradução desejada por Oliveira Lima, embora sem as correções e as notas reclamadas pelo historiador pernambucano, foi afinal levada a efeito por Raphael Mayrink (do Ministério das Relações Exteriores) e teve sua publicação iniciada em janeiro de 1918 por Arthur Guimarães de Araujo Jorge, diretor da **Revista Americana**. Não teve, entretanto, prosseguimento, tendo sido publicada apenas a primeira parte, compreendendo os seis primeiros capítulos.

De bem antes, porém, deste empreendimento da **Revista Americana**, data a iniciativa de tradução por parte do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A idéia partiu de Max Fleiuss, então Secretário do Instituto, por ocasião do Primeiro Congresso de História Nacional, realizado em 1914, numa promoção do tradicional sodalício fluminense. Mas, lembrava o historiador carioca que “não bastava traduzir, pois em certas passagens o texto alemão carecia da necessária clareza, cumprindo, pois, anotá-lo, elucidá-lo.” A tríplice tarefa de tradução, revisão e anotação foi desempenhada honrosamente pela bibliotecária do Instituto, D^a Lúcia Furquim Lahmeyer, pelo General Bertoldo Klinger e pelo renomado historiador Basílio de Magalhães, respectivamente. E afinal, em 1931, integrando o tomo 108 (volume 162) da **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, veio a lume a tradução integral do famoso livro, ocupando um volume de mais de mil páginas, tirado pouco depois em separata.

Quase meio século depois do aparecimento da edição do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, decidem-se as Edições Melhoradas

(3) Este parecer de Oliveira Lima, publicado na **Revista Americana**, nº 9, de 1917, foi colocado como página introdutória à primeira edição brasileira da obra de Handelman, em 1918 e à qual, adiante, se fará referência.

mentos e o Ministério da Educação e Cultura a uma reedição da importante **História do Brasil**, que o leitor de hoje já não mais encontraria se desejasse consultá-la, a não ser em bibliotecas muito bem dotadas. E ainda com a vantagem de uma edição mais cômoda, pois a que fora lançada pelo Instituto em 1931, em que pese a seus méritos, pouco contribuiu para a divulgação do livro, inclusive pela inconveniência de um só volume de mais de mil páginas, em corpo miúdo, tornando cansativa sua leitura.

Mais ainda. O espaço de quase cinquenta anos que nos separa da edição de 1931 veio permitir uma melhor apreciação, diríamos mesmo uma reavaliação da grande obra. Lamentamos, já no início desta nota, que o livro, quando publicado na Alemanha em 1860, pouca repercussão houvesse tido no Brasil, pois a língua alemã nunca foi muito divulgada entre nós. Compare-se, por exemplo, com outra **História do Brasil** de autor estrangeiro, a de Robert Southey, que, embora permanecesse sem tradução durante meio século, tornou-se conhecida no Brasil, lida e até certo ponto, imitada por numerosos autores brasileiros no século passado e mesmo no atual, constituindo, pois, verdadeiro modelo para a nossa historiografia até época relativamente recente. A obra de Handermann, escrita em alemão (e não traduzida para nenhuma outra língua européia) não teve a mesma sorte, e o leitor de hoje certamente lamentará que tal tenha acontecido. Handermann oferecia um modelo de história muito mais próximo do que hoje aceitamos e apreciamos. Não foi sem propósito que uma conhecida livraria, outrora existente no Rio de Janeiro, ao anunciar em seu catálogo a recém-publicada tradução de Handermann, informava tratar-se a primeira História do Brasil a dar realce aos aspectos econômicos e sociais de nossa história.

Com efeito, Handermann constituía uma exceção nos quadros da historiografia brasileira, “a exceção que vem do estrangeiro”, como lembra Nelson Werneck Sodré, para afirmar que, “pela primeira vez, os acontecimentos do passado brasileiro vão ser relacionados, procurando o alemão mostrar reflexos de uns em outros, situando causas e efeitos; pela primeira vez determinados aspectos são levantados, inclusive os sociais; Handermann vê onde os outros não viram e mostra diversos lados das questões, além daquele que se apresenta pela simples enumeração dos acontecimentos e pelo arrolamento das personagens.” E, ainda mais uma vez, realçando os méritos do livro que ora apresentamos ao público, escreve o autor de **O que se deve ler para conhecer o Brasil**: “Escrevendo fora do Brasil e fazendo grande esforço para dominar o assunto a que se dedicou, Handermann supera todos os historiadores que escreveram antes dele pela compreensão dos problemas, pela análise que apresenta a propó-

sito dos temas principais, pela sensibilidade ao importante, pela forma como discrimina valores e situa o processo histórico.”⁴

O interesse dos europeus em escrever histórias do Brasil vem de longe. A obra hoje clássica de Southey teve o seu primeiro volume publicado em 1810, enquanto que os volumes seguintes apareceram em 1817 e 1819. Antes de Southey, porém, um **History of Brazil**, por Andrew Grant, fora publicada em Londres em 1809, reeditada na Rússia (embora em francês) em 1811 e traduzida para o alemão em 1814. “Não tem valor durável”, segundo observou o próprio Handelman, pois visou a atender apenas à “utilização do momento”, ou seja quando a Inglaterra, após o ato de abertura dos portos, iniciava um intenso relacionamento com o Brasil. Embora desvaliosa (tanto que ninguém se interessou em traduzi-la), reflete o interesse que o Brasil despertava, a ponto de fazer jus a uma edição em São Petersburgo. De 1815 é a **Histoire du Brésil**, de Alphonse de Beauchamp, em três volumes, pouco depois traduzida para o português. O próprio Handelman a denunciava como baseada quase exclusivamente em Southey, não obstante o autor reivindicasse a glória de obra original e até verberasse o historiador inglês como “compilador, que nenhum esclarecimento acrescenta”, o que levou Southey a uma enérgica réplica no prefácio de seu segundo volume. Em 1821, aparecia na Inglaterra outra **History of the Brazil**, de James Henderson, que Handelman também qualifica de “atrevido roubo literário”, pois não passava, de fato, de uma simples e malfeita tradução da obra de Aires do Casal, “com algumas supressões e alguns aditamentos pessoais”. De 1823 é o **Resumé de l’Histoire du Brésil**, de Ferdinand Denis; de 1827, a **Geschichte von Brasilien**, de von Lebrecht (praticamente uma tradução, adaptada, de Denis) e de 1829 é outra **Geschichte**, de Ernst Münch. O elenco iria longe, mas estamos atendo-nos apenas às obras citadas pelo próprio Handelman.

Parece-nos oportuno lembrar o quanto os grandes viajantes do século XIX — especialmente os grandes naturalistas — contribuíram para criar esse clima favorável a um maior interesse pela história brasileira. Não é sem propósito que Handelman os cita e os valoriza em sua bibliografia. Todos eles procuravam mostrar o Brasil como uma espécie de **mundo novo**, não só para servir de campo de experiências para os europeus, mas **novo** também no sentido das soluções encontradas para os seus mais diversos problemas. Se o Brasil, no século passado, tornou-se o “Paraíso dos Naturalistas”, na feliz expressão de Darwin, ele se tornou também o paraíso dos comerciantes que aqui se estabeleceram, marcando

(4) Nelson Werneck Sodré, **O que se deve ler para conhecer o Brasil**, 3ª edição, pp. 217 e 220. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1967.

com uma fisionomia própria, as principais praças do litoral, da mesma forma que se tornou campo propício a técnicos, responsáveis pelo desenvolvimento de nossa civilização material; a artistas, fascinados pela nossa natureza; a missionários protestantes, que viam no país ambiente adequado a um processo de evangelização com maior participação do povo; a escritores e diplomatas em vilegiatura, sempre à cata de novidades ou de emoções; a mercenários (especialmente os da guerra contra Rosas), que acabaram, muitos deles, radicando-se no Brasil ou dele fazendo propaganda na Europa. Livros de valor muito desigual, não há dúvida, mas que despertavam enorme interesse, sendo, com frequência, traduzidos para outras línguas e quase sempre antes de o serem para o próprio português. Handermann demonstra conhecer bem esses viajantes que escreveram sobre o país. Ocupam lugar de destaque em sua bibliografia. E sabe distinguir o joio do trigo. Os que indica, para o século XIX, são, de fato, os mais significativos: Saint-Hilaire, Martius, Mawe, Gardner, Koster, Kidder, Wallace, entre tantos outros, todos eles autores que souberam “sentir” o Brasil e cujas obras constituem fontes preciosas para o conhecimento do país na época em que seus autores o visitaram.

O reflexo de toda essa literatura de viajantes não poderia ser outro senão despertar em historiadores o interesse pelo processo histórico de que resultara um país como o que vinha sendo descrito com tanto entusiasmo. O conhecimento direto do país não era julgado condição necessária. Southey nunca esteve no Brasil, e certamente nem Handermann, pois não há em sua biografia a menor menção ou indício de que houvera visitado nosso país. Mas um e outro assenhorearam-se das melhores fontes impressas sobre o Brasil, indicando-as criteriosamente e delas tirando o que lhes pudesse servir para o sentido interpretativo que pretendam dar à nossa história. Neste particular, mais Handermann que Southey. Este é mais fatal. Aquele, sem deixar de ser fatal, procura compreender o “sentido” de nossa evolução, como nenhum outro autor o fizera antes, segundo a já citada observação de Nelson Werneck Sodré. Daí, por exemplo, a ênfase que dá à história regional, e dentro desta, a ênfase que dá aos aspectos econômicos e sociais. O que levou um historiador e crítico rio-grandense a escrever da **História** de Handermann que “é uma das melhores interpretações da evolução histórico-social, no sentido que lhe havia querido imprimir o Visconde de Porto Seguro”, concluindo por afirmar que “o aparecimento desta obra deu nova orientação aos estudos da espécie no Brasil, afirmando o processo econômico como de profunda significação na história do país”.⁵ Certo, no que se refere ao valor de Handermann, mas não tão certo na avaliação da “nova orientação” dada aos estudos da história do Brasil. Infelizmente. Tivemos de

(5) Abeillard Barreto — **Bibliografia Sul-Riograndense**, II, 627. Rio de Janeiro, Conselho Federal de Cultura, 1973.

esperar ainda por muito tempo para que as obras de história do Brasil (referimo-nos às obras gerais) entrassem na senda entrevista e percorrida pelo autor alemão, há cento e vinte anos. Apenas João Ribeiro, ao que parece, dentre os autores de obras gerais, beneficiou-se da obra de Handelman, que a sua cultura alemã lhe permitiu conhecer. Sua **História do Brasil** (para o curso superior), aparecida no início do século, é bem handelmaniana. Capistrano de Abreu teria sido outro capaz de receber a influência de Handelman, mas o mestre cearense, parece, não acreditava na possibilidade, em seu tempo, de escrever-se uma história do Brasil. Preferiu tratar de assuntos monográficos ou a anotar outros que escreveram obras gerais. Realmente, o que se produziu antes de Handelman (e mesmo depois dele, até época recente) estava quase exclusivamente voltado para os aspectos políticos e administrativos, que o autor alemão obviamente não despreza, mas pouco ou nenhum espaço deixava para temas que nos permitissem avaliar as condições de vida do povo, seus recursos econômicos, sua organização social, elementos corriqueiros na historiografia européia, mas praticamente desconhecidos na nossa.

O autor rio-grandense, há pouco citado, considera “verdadeiramente magistrais” os capítulos de Handelman sobre a colonização. Realmente, este é um dos pontos altos de sua obra. Seu interesse por esse problema (e pelos correlatos) levou-o a explicitar melhor, no prefácio, o que abordara no último capítulo, aduzindo novos informes sobre o assunto, o que vem mostrar a familiaridade com o que se passava no Brasil, não apenas na esfera particular, mas sobretudo na oficial. Seria curioso indagar-se acerca dos informantes de Handelman, mas o autor nem de longe nos acena com qualquer possibilidade. Talvez alguns dos muitos alemães que viviam então no Brasil (tipo Koseritz ou Hörmeyer), militando no jornalismo ou em entidades comerciais ou culturais, ou então funcionários consulares, num momento em que os estados alemães estavam muito interessados num melhor relacionamento com o Brasil.

Sua crença na imigração não destoava da de outros estrangeiros ou mesmo brasileiros que, na época, escreviam sobre o assunto. Na mesma linha, pode-se dizer, foram redigidos os relatórios de Taunay quando deixou as presidências de Santa Catarina e do Paraná, ou quando, com tantos outros, discursava na Sociedade Central de Imigração ou em entidades similares. Não acreditava no bom resultado do trabalho livre simultâneo com o escravo, e isto, efetivamente, foi uma das causas do fracasso do sistema de parceria nas colônias paulistas. Não acreditava, igualmente, no efeito da colonização sem que se assegurasse aos colonos a possibilidade de aquisição de terras. Estes pontos de vista que o autor atri-

bui a um representante consular da Prússia, afinal, eram dele próprio, como se depreende de numerosos passos de seu livro e como se mostra sintetizado nesta frase: “A salvação do Brasil repousa na imigração unicamente espontânea de agricultores livres europeus e são suas condições essenciais a extinção do tráfico de escravos africanos e o estabelecimento de sólido sistema de distribuição das terras a colonizar, juntamente com a generalização do imposto territorial e as devidas garantias legais.” Crítica de maneira, às vezes acerba, a política colonizadora e imigratória levada a efeito por órgãos estatais, que, não raro, comprometiam o nome do Brasil junto aos países interessados no fornecimento de mão-de-obra para o nosso país: “cumpre-nos acentuar que a atual opinião corrente aqui (na Alemanha) sobre o Brasil é tão pouco simpática, como jamais o fora.” E fundamenta sua opinião com um veemente e cáustico editorial do **Correio Mercantil** de 26 de fevereiro de 1859. Não se mostra, de fato, Handelmann muito animado à vista das manifestações de certos homens públicos no Parlamento. E não tem senão que resumir, depois de abster-se de mais considerações: “Por tudo é infelizmente notório que, se em breve não houver socorro, o Brasil caminhará para a ruína econômica; e também a carestia atual poderá determinar aqui e ali sérios perigos, dadas as condições especiais da população; pequena aristocracia de proprietários territoriais, em face de uma grande massa de povo sem propriedades.” Este binômio — pequena aristocracia de proprietários e uma grande massa de povo sem propriedades — constitui por assim dizer, a dominante de nossa história social. Já o sentiram os homens da **Praieira**, movimento que Handelmann cita, mas de cujo sentido social provavelmente não teve conhecimento. Sentiram-no igualmente, ontem como hoje, todos os que têm lutado, pelos mais diversos meios e pelas mais diversas formas, por reivindicações sociais. Continua sendo o grande problema da maior parte do Brasil ainda em nossos dias.

Cumprе notar, para bem compreender o espírito da obra de Handelmann, que ela deve ser enquadrada em contexto mais amplo. De fato, alguns anos antes o historiador esboçara o plano de uma **História da Colonização e Independência da América**, da qual a **História do Brasil** veio a ser a terceira parte, versando as outras duas sobre os Estados Unidos e o Haiti, ambas publicadas em 1856. Assim, com o volume sobre o Brasil completar-se-ia o seu painel histórico dos três estados americanos, por ele denominados **Estados das Raças Branca e Negra**. No caso do Brasil, teve ele de acrescentar mais o rótulo **Vermelha**, dada a significação histórica e política adquirida pelos povos autóctones. Circunstâncias especiais tornaram a **História do Brasil** sensivelmente destacada das duas primeiras

partes, de modo a assumir feição autônoma. A justificativa é clara, na explicação do próprio autor: “a superabundância das fontes da matéria histórica e o interesse por ela despertado fizeram que a História do Brasil se desenvolvesse fora da medida prevista, e tanto avultou que lhe garantiu fazer jus à existência independente.”

O autor agradece às bibliotecas públicas de que se utilizou, bem como aos inúmeros colaboradores que sobremodo o auxiliaram na composição da obra, com seus subsídios literários, informações e bons conselhos. Lamentavelmente não indica as bibliotecas que frequentou (a não ser a de Hamburgo) e nem relaciona os colaboradores e amigos que estiveram em condições de auxiliá-lo. Talvez pesquisadores brasileiros que andassem pela Europa, numa época em que o próprio governo imperial — como lembra José Honório Rodrigues — esteve muito interessado em determinar nos arquivos europeus pesquisas em documentos de interesse para o Brasil, enviando para lá numerosos pesquisadores que o autor de **A Pesquisa Histórica no Brasil** arrola em seu importante livro. O assunto relativo aos informantes de Handelmann parece-nos obscuro. Oscar Canstatt, que provavelmente conheceu o historiador alemão, sugere, como já o indicamos, que o próprio D. Pedro II se teria interessado pela obra de Handelmann, facilitando-lhe o acesso a numerosas fontes. Mas de que maneira o autor do **Repertório Crítico** não o diz nem nós sabemos.

Uma cousa nos parece estranha: que Handelmann, tendo conhecido a **Revista** do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, que à época da publicação da **História** já contava com quase vinte volumes (embora ele lamentasse não possuir uma coleção completa), não tenha feito a menor referência a um trabalho de von Martius publicado num dos primeiros tomos da **Revista** (nº 6, de 1844), com o sugestivo título **Como se deve escrever a história do Brasil**, trabalho esse motivado por uma sugestão do próprio Instituto nesse sentido. Há muito de comum entre a fórmula do grande naturalista e a realização de Handelmann, embora não se possa dizer que o modelo tenha sido seguido. Num ponto, aliás, o modelo prevaleceu: é quando Martius, no final de seu trabalho, recomenda o estilo que deveria predominar numa História do Brasil que viesse a ser produzida: “não deverá exceder a um só forte volume e deverá ser escrita em estilo popular, posto que nobre; deverá satisfazer não menos ao coração do que à inteligência; por isso não deverá ser escrita em linguagem empolada, nem sobrecarregada de erudição ou de uma multidão de citações estéreis. Evitará não menos ter o caráter de uma crônica, do que de investigações históricas, secas e puramente eruditas. Como qualquer história que esse nome mereça, deve parecer-se com um

Epos ! Se, de um lado, é verdadeiro que o Epos popular só é composto onde o povo ainda se acha em desenvolvimento progressivo, então do outro lado não podemos duvidar que atualmente o Brasil é um objeto digno de uma história verdadeiramente popular, tendo o país entrado em uma fase que exige um progresso poderoso; por isso, uma história popular do país vem muito a propósito, e possa seu autor, nas muitas conjunturas favoráveis, que o Brasil oferece, achar um feliz estímulo, para que imprima à sua obra todo o seu amor, todo o zelo patriótico, e aquele fogo poético próprio da juventude, ao mesmo tempo que desenvolva a aplicação e profundidade de juízo e de firmeza de caráter, pertencentes à idade madura e varonil.”⁶

Foi o que Handermann pretendeu fazer e o conseguiu. Mais ainda: procurou ser “sério e imparcial”, como fez questão de confessar ao dedicar o livro “humildemente” a Sua Alteza Real o Príncipe Adalberto da Prússia. O Príncipe havia visitado o Brasil em 1842-43 e escreveu um excelente livro sobre o nosso país. Handermann, sabendo disso e, provavelmente conhecendo o livro (embora não o cite na bibliografia), esperava, ainda, que sua **História do Brasil** viesse despertar no Sereníssimo Príncipe “a grata recordação de episódios pessoais e observações de outrora”. E espera, também que Sua Alteza possa, um dia, acolher os reparos e sugestões que apresentou sobre o problema da imigração alemã no Brasil.⁷

Uma palavra quanto às nossas notas. Tendo sido a obra já anotada por Basílio de Magalhães, na edição de 1931, as notas que acrescentamos visam tão-somente a uma atualização das fontes indicadas pelo autor. Quase todos os livros por ele mencionado existem, hoje, em edições modernas, da mesma forma que quase todos os de viajantes estrangeiros encontram-se traduzidos. Acreditamos que estas informações possam valer aos nossos leitores.

Não devemos mais alongar esta introdução. Será melhor, em vez de uma introdução a Handermann, que o leitor tome o próprio autor alemão e sinta com ele, de maneira global, a evolução histórica de nosso país, através de uma obra que, se não teve em seu tempo a

(6) A memória de Martius foi reproduzida no vol. 219, abril-junho de 1953, da mesma Revista do Instituto. Sobre ela, teceu o Prof. Pedro Moacyr Campos interessantes considerações, mostrando o quanto Martius sofreu nesse trabalho, a influência da historiografia romântica francesa, particularmente de Augustin Thierry: **Um Naturalista e a História**, originalmente no Suplemento Literário de “O Estado de S. Paulo”, de 2 e 9 de abril de 1960; transcr. em “Notícia Bibliográfica e Histórica”, nº 74, Campinas, maio de 1976.

(7) A obra do Príncipe Adalberto da Prússia veio a ser publicada em nosso país pela Livraria Itatiaia Editora, de Belo Horizonte (em convênio com a Editora da Universidade de São Paulo): **Brasil: Amazonas; Xingu**; trad. de Eduardo de Lima Castro; apresentação e notas de Mário Guimarães Ferri. 1977. Coleção “Reconquista do Brasil”, vol. 34).

repercussão que merecia, poderá vir, em nossos dias, contribuir para uma visão mais clara e mais inteligente — e até mais **moderna** — da história brasileira. Uma obra que resiste a cento e vinte anos sem envelhecer, dando, ao contrário, a impressão de ter sido produzida em nossos dias, fala por si, sem necessidade de quaisquer outras considerações acerca de seu valor ou explicitações acerca de seus propósitos.

*